

## NOVOS ESPAÇOS DOS PSICÓLOGOS

Conheça a  
nova sede  
do Conselho  
pág. 7



ILUSTRAÇÃO: MARCELO ROCHA

Nas comissões,  
o debate dos temas  
importantes para  
a profissão  
págs. 12, 13 e 14

Mudanças na política  
das subsedes.  
Já foi o tempo dos  
delegados  
pág. 15

### Posições

A identidade do psicólogo  
e a mídia (pág. 16)

A Psicologia na  
Educação (págs. 10 e 11)

Participe do  
Processo Constituinte  
da Psicologia

págs. 8 e 9

# Novos Espaços

**A** gestão *Psicologia e Cidadania* tem concentrado seus esforços no estabelecimento de novos espaços, físicos e organizativos, que vêm sendo gradativamente ocupados pelos psicólogos.

A aquisição da nova sede do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região, motivo da página de rosto deste jornal, a ser inaugurada após a devida reforma do prédio, incluirá a construção de um auditório destinado à realização de atividades variadas que sejam de interesse da categoria.

Em relação ao tratamento que o CRP está dispensando aos psicólogos em débito, é imprescindível registrar a substituição da antiga forma de cobrança judicial das anuidades que não foram pagas - denominada eufemisticamente de Dívida Ativa - por um acordo amigável e pessoal com os devedores; 400 dos

Quanto à estrutura administrativa-funcional do Conselho, reiteramos que está na etapa final de execução o plano de reforma administrativa, já anunciado nas edições anteriores.

As modificações até agora implementadas têm repercutido não somente no tratamento digno aos colegas e no ajustamento do tamanho e da eficiência administrativas aos interesses da categoria, mas, principalmente, na ampliação dos participantes das comissões de trabalho e na criação de um Centro de Orientação aos profissionais e aos usuários dos serviços de Psicologia, que está em fase de implantação. Ainda no âmbito das relações com a categoria são destacáveis: a consolidação das comissões gestoras em 10 das 11 subsedes; a realização do encontro de todas as subsedes em Bauru visando o fortalecimento da organização regional da categoria; as discussões referentes à inserção do psicólogo na rede pública de saúde mental e aquelas relativas ao Processo Constituinte da Psicologia, que implicará a reorganização do exercício profissional, da formação básica e da representação política dos psicólogos no país.

Também é importante mencionar a manifestação de apoio do CRP aos profissionais de Psicologia e à população, diante da gravidade da situação nas áreas de Educação, Infância/Adolescência e Saúde.

Observe-se, por fim, as mudanças que estão sendo promovidas neste jornal, visando aproximá-lo mais e mais da categoria.

## EXPEDIENTE CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 6ª REGIÃO

Conselheiros: Adalberto Boletta de Oliveira, Celi Denise Cavallari, Celso Zonta, Cristina Amélia Luzio, Geraldo Rodrigues Loureiro Júnior, José Roberto Tozoni Reis, Leyla Venegas Falsetti, Lígia Valéria Manni, Márcia Arrivabene Sanches Spinola, Maria de Lourdes Kato, Maria Silvia de Mesquita Bolguese, Odair Sass, Vera Regina Rodrigues, Walter de Paula Pinto Filho (efetivos). Cassia Regina Rodrigues, Lígia Maria Sodrê Vieira, Erane Paladino, Erasmo Miessa Ruiz, Leile Fernando Silvério, Maria Elisa de Almeida, Maria Salete Abrão Nunes da Silva, Milton Luis Cordassi, Mitsuko Aparecida Makino Antunes, Nelson Antonio Fontes Coutinho, Nilton Júlio de Faria, Othon Vieira Neto, Sérgio Ozella (suplentes). Comissões: Comunicação, Diretoria, Ética, Formação e Educação, Infância e Adolescência, Orientação e Fiscalização, Psicoterapias, Saúde, Subsedes, Trabalho.

O jornal do CRP é uma publicação oficial do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região.

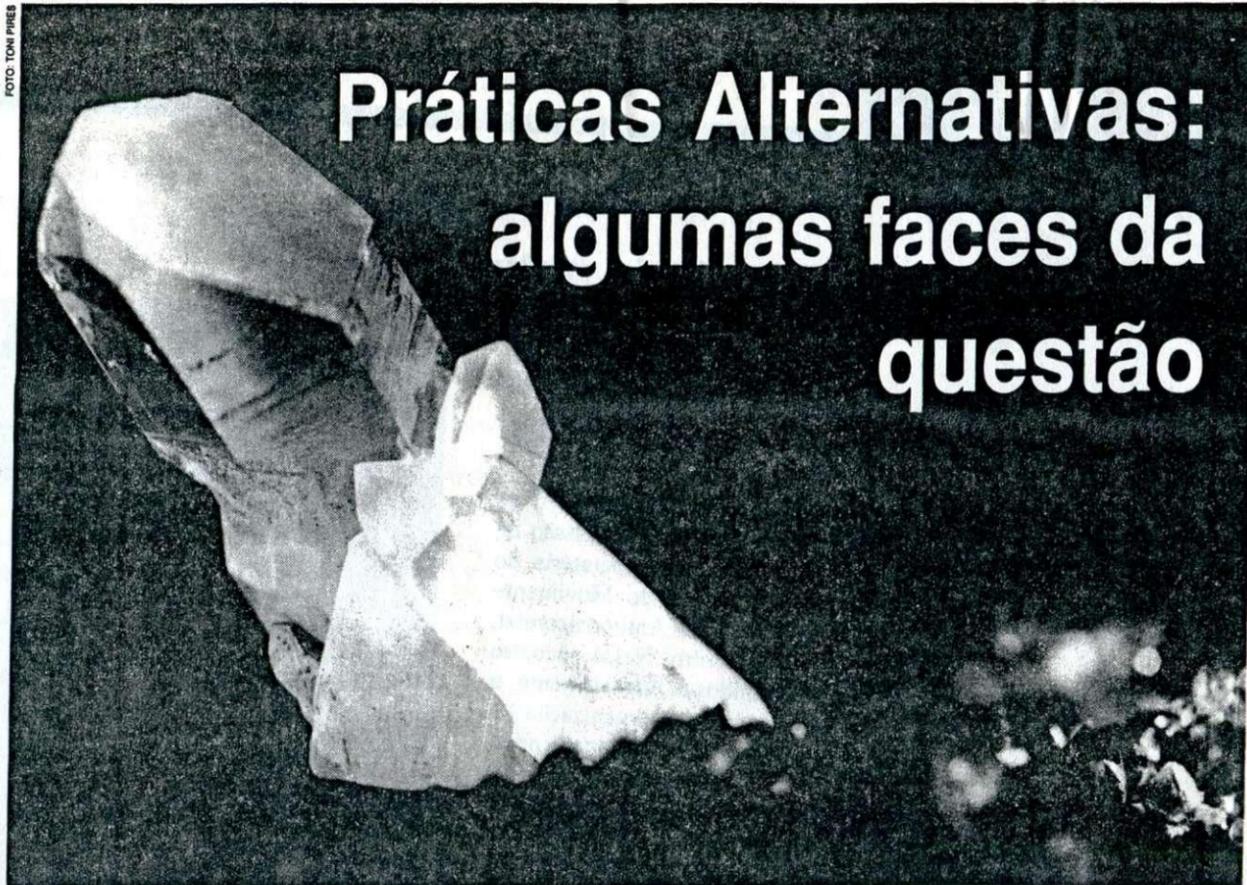
Equipe Editorial: Celi Denise Cavallari, Erasmo Miessa Ruiz, Leyla A. V. Falsetti, Odair Sass e Vera Regina Rodrigues.

Edição e Produção de Textos: Editora Travessia Ltda. (F.: 275-8710). Jornalista Responsável: Luís Casadei Manechini MTb. 11.127. Redação: Railda Herrero e Tito L. Caruso Bernardi. Projeto Gráfico: Osires. Editoração: Marcelo Rocha Publicidade. Fotolito e Impressão: Artes Gráficas Guarú Ltda. Tiragem: 36 mil exemplares. Periodicidade: bimestral.

As colaborações enviadas ao Jornal CRP-06 poderão ser publicadas integral ou parcialmente. Em ambos os casos, a fonte de informação será referida conforme originais enviados, os quais poderão sofrer ou não alterações consideradas necessárias, de acordo com os critérios editoriais adotados.

Sede: Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo - CEP 04038-004 - Fone: (011) 549-9799 - Fax: (011) 575-0857.

# Práticas Alternativas: algumas faces da questão



Alívio, o mais rápido possível. Um tanto de magia e mistério para resgatar a fé, a luz, antes do fim do túnel. Alguém que compreenda perfeitamente o que estou sentindo, sabe e tem o que preciso para me sentir melhor. Respostas, receitas, práticas alternativas... Ou alternativas práticas. Esta parece ser a demanda do homem apressado, ansioso, estressado e empobrecido deste fim de século.

Artigo elaborado pela  
Comissão de Psicoterapias.

**A** Comissão de Psicoterapias do CRP-06 está empenhada em transformar esta demanda em questão, em propiciar o encontro e o diálogo entre as práticas alternativas e a instância capacitada para avaliá-las ou não, que é a Academia.

Ao Conselho não é dado julgar nem tampouco ignorar as novas maneiras de pedir e oferecer respostas. Ao Conselho cabe favorecer, através dos recursos que dispõe, a observância dos princípios éticos que dão sustentação à prática profissional da Psicologia, garantindo minimamente que os referenciais sejam comuns, públicos e acessíveis: tanto para os que fazem formação em Psicologia, quanto aos profissionais psicólogos como àqueles que se servem dos serviços psicológicos prestados por estes profissionais.

As práticas alternativas estão hoje nas portas das salas de aula da Psicologia, de maneira informal, mas estão. Nem as universidades nem o Conselho podem ficar omissos ao "barulho" que as práticas alternativas estão fazendo e que repercute em vários segmentos da sociedade. Isto sinaliza que o campo de atuação da Psicologia precisa ser repensado.

Por quê as chamadas "alternativas" têm obtido espaço junto ao público leigo?

Na verdade, a Psicologia é um conhecimento em construção e o dogmático pode inibir seu desenvolvimento. Neste sentido, a Psicologia Clínica, em especial no Brasil, não pode negar a realidade de um país que sofre uma crise sócio-econômica, bem como a desinformação do público leigo quanto às linhas de atuação e objetivos das Psicoterapias.

A população em crise, desinformada, busca saídas para o alívio de suas angústias. O místico, o mágico e o imediato são sedutores. Cabe, porém, aos psicólogos a consciência profissional sobre o que têm a oferecer. O conhecimento da Psicologia Clínica necessita abrir caminhos junto ao espaço acadêmico para uma avaliação séria quanto às novas alternativas de trabalho. O tempo e a dedicação são seus grandes aliados.

Se a efervescência das práticas alternativas, por um lado, possibilita a ação de pessoas inescrupulosas ou malpreparadas academicamente, que encontram campo aberto e propício na ingenuidade e sofrimento daqueles que os procuram; por outro, há profissionais que buscam honesta e seriamente desenvolver um trabalho inovador.

Temos ciência da complexidade deste tema, bem como da necessidade de contextualizarmos a discussão referente às práticas alternativas no âmbito das psicoterapias em geral.

Não queremos escamotear as divergências, dúvidas e a necessidade de se tomar posições em relação às práticas alternativas, mas a nossa proposição é a de desenvolver e promover junto ao meio acadêmico e científico o que lhe compete: discutir, avaliar, criticar e produzir conhecimento.

Parece inquestionável a existência de uma procura de atendimento para a resolução de problemas psicológicos, o que não significa necessariamente busca de psicoterapia. Essa não equivalência nos remete a vários estratos possíveis de explicação:

- O acesso limitado da população aos serviços psicoterápicos.

- O modelo clínico aprisionado ao atendimento em consultório particular.
- A indefinição do campo da psicoterapia.
- Os múltiplos e variados modelos teóricos e técnicos que problematizam a formação e acabam promovendo opções baseadas em meras simpatias e superficialidades.
- A formação de "guetos" teóricos e técnicos que não produzem intercâmbios.
- A dinâmica de circuito fechado que tem sido característica dos iniciados no exercício da psicoterapia, na medida em que se retro-alimentam na seguinte cadeia: o psicoterapeuta, o paciente, o supervisor, o grupo de estudos e o aluno de Psicologia. Assim, propiciam um modelo narcísico de organização que se distancia tanto da comunidade leiga quanto da comunidade científica. A prática da psicoterapia pode adquirir tendência autofágica do psicoterapeuta, o que acaba por restringir a Psicologia para psicólogos.
- A formação precária dos psicólogos, evidenciada pelos inúmeros problemas do exercício profissional que chegam ao conhecimento do CRP.

Cabe aos profissionais responsáveis avaliar a inserção da sua atuação na comunidade, a bagagem teórica e prática da Psicologia e a pertinência a um campo mais amplo que aquele das seitas preferidas.

Como diz Piera Aulagnier: "Nossa profissão coloca duras provas ao nosso narcisismo."

## CRP na Luta Antimanicomial

Conselho participa de reuniões preparatórias dos encontros estadual e nacional

O CRP participou no dia 6 de junho, através de sua Comissão de Saúde, da reunião preparatória do Encontro Nacional do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, no Rio de Janeiro. Nesse encontro foram definidos o financiamento, o funcionamento e a organização do evento, marcado para o período de 23 a 26 de setembro, em Salvador (BA). Outra reunião preparatória será realizada no dia 28 de agosto, na sede do CRP-6, com a presença de representantes dos estados.

Simultaneamente ao Encontro Nacional, acontecerá a I Feira Nacional de Experiências e Produções Antimanicomiais, nos dois primeiros dias do evento. Serviços de saúde mental, núcleos antimanicomiais, editoras, cooperativas e associações de usuários estarão mostrando suas experiências e projetos voltados para a área de saúde mental.

Segundo Floriano Pereira Filho, da Comissão de Saúde do CRP, o evento promoverá intercâmbio entre as experiências antimanicomiais desenvolvidas no País.

O Encontro Nacional será precedido de Encontros Estaduais. No estado de São Paulo, o encontro preparatório acontecerá nos dias 14 e 15 de agosto, em Ribeirão Preto, respeitando o mesmo temário do Encontro Nacional (veja ao lado).

### O movimento define as estratégias de luta

#### A Tema Comum

- \*O Movimento Antimanicomial enquanto um movimento social".
- A relação com os outros movimentos sociais.
- Eixos de luta e identidade do movimento.
- Organização nacional do movimento.

#### B Temas Específicos

- 1 A tragédia nacional e a produção social do sofrimento.
- 2 A invenção da assistência: Impasses e possibilidades na construção das práticas antimanicomiais.
- 3 Luta Antimanicomial e intervenção cultural: a cultura como alvo e a cultura como meio.
- 4 Legislações Psiquiátricas: a (re)construção dos direitos pela via legal.
- 5 A Luta Antimanicomial e as Instituições Estatais: contradições, parcerias e ambigüidades.

#### INSCRIÇÕES

Para participar do Encontro Nacional, os interessados devem entrar em contato com os núcleos estaduais do Movimento Antimanicomial, que estão organizando caravanas e delegações. A Secretaria Executiva do Encontro funciona no CRP - 3º Região, situado na rua Agnelo de Brito, 141, Ed. Versalhes - s/03, em Salvador (BA). Cep 40170-100 - Tel/Fax (071) 247-6716. Encontro Estadual - informações na subsede de Ribeirão Preto, rua Cerqueira César, 481 - 3º andar - F: (016) 636-9021.

#### Ribeirão Preto

Botucatu sediou, no dia 26 de junho, o debate preparatório para o encontro em nível estadual. Marcado para os dias 14 e 15 de agosto em Ribeirão Preto, o encontro estadual discutirá, basicamente, a organização e participação no Encontro Nacional, abordando o mesmo temário do evento a ser realizado em Salvador.

## Saúde mental em debate

O CRP-06 está promovendo um ciclo de debates sobre a atuação do Psicólogo na rede de atenção em saúde mental, organizado pela Comissão de Saúde. O objetivo é despertar a reflexão da categoria sobre o trabalho em saúde mental, a partir da especificidade da prática do psicólogo. O evento faz parte do programa de ação da gestão Psicologia e Cidadania para a área de saúde mental, inserido na luta pela superação do modelo manicomial vigente.

O primeiro debate, intitulado "O Psicólogo atuando na Rede de Saúde Mental", foi realizado no dia 4 de junho, com Izabel Marazina, Mary Jane Spink e Odete de Godoy Pinheiro, sob a coordenação de José Roberto Tozoni Reis.

Segundo Celi Denise Cavallari, da Comissão de Saúde, além de favorecer a organização e o aprimoramento profissional, os debates servirão como preparação para um encontro preparatório ao Congresso Constituinte. A Comissão está organizando também um cadastro específico dos psicólogos que atuam na área de saúde, com a finalidade de aproximar os profissionais e facilitar a divulgação de atividades ligadas à saúde mental.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pessoalmente ou por telefone, na sede e subsedes do CRP-06. O ciclo está sendo realizado no Sindicato dos Professores (SINPRO), na rua Borges Lagoa, 202, Vila Mariana, em São Paulo.

### Datas e horários do Ciclo de Debates

**20 de agosto, 19h** - A atuação do Psicólogo nas Unidades Psiquiátricas (emergência, hospital psiquiátrico e enfermaria psiquiátrica em hospital geral)

Bárbara Cléia Farias, Fabiana Maria Delbon, Maria Amélia Xavier de Souza, Maria de Fátima N. Giardiello e Celi Cavallari (coordenadora);

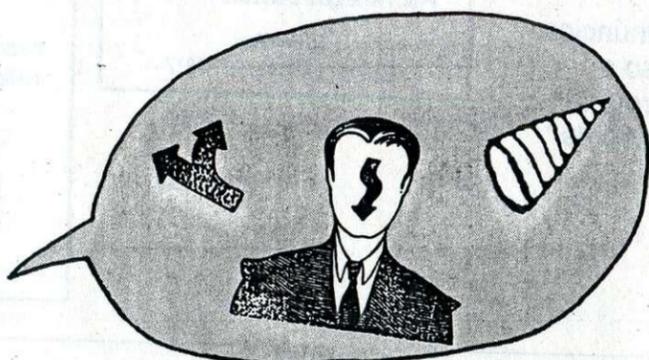
**17 de setembro, 19h\*** - A atuação do Psicólogo em Unidades Básicas de Saúde, Ambulatórios de Saúde Mental, Centros de Convivência e Centro de Referência de Saúde do Trabalhador

Ana Tereza A. B. Cerqueira; Isabel Cristina Lopes, Maria Ermínia Celiberti, Marcia Hespagnol Bernardo e Elizabeth Arouca Carossi (coordenadora)

**22 de outubro, 19h** - O Psicólogo atuando em equipamentos de atendimento intensivo (Caps, Naps e Hospital-dia) Yanina O. Stasevskas, Maria Izabel Colmenero, Marisa Cambraia e Erasmo Ruiz (coordenador).

\* ATENÇÃO: A data do debate divulgada anteriormente, dia 24, foi antecipada para o dia 17.





## Fórum Paulistano de Saúde mental se reúne no Conselho

O CRP integra e sedia o Fórum Permanente Paulistano de Saúde Mental, que tem por objetivo acompanhar o Programa de Saúde mental no âmbito da capital e apoiar ações relacionadas com a busca de soluções substitutivas ao modelo manicomial e hospitalocêntrico. O psicólogo Floriano de Barros Pereira Filho, da rede municipal de Saúde, é o representante do CRP no Fórum, que promove reuniões abertas à participação dos interessados nas segundas quartas-feiras do mês, na sede do CRP.

Em maio, a Comissão de Saúde do CRP esteve presente em duas grandes manifestações promovidas pelo Fórum. No dia 18 - "Dia Nacional da Luta Antimanicomial" - realizou-se ato público no Masp, seguido de passeata na Avenida Paulista. No dia 20, o movimento promoveu uma concentração na Assembléia Legislativa, em apoio ao Projeto de Lei 366/92.

Criado em 10 de fevereiro deste ano, o Fórum Paulistano reúne entidades e movimentos da capital, como PUC, USP, Sindicato dos Psicólogos, SOS Saúde Mental, Sindicato dos Médicos, representantes de parlamentares, trabalhadores e usuários dos serviços de saúde mental.

## CRP apóia eventos científicos

O CRP está apoiando três grandes eventos previstos para o período de 16 a 19 de setembro, no Hotel Brasilton, em São Paulo: II Congresso Brasileiro de Psicoterapia Existencial, III Encontro Brasileiro de Análise Existencial Terapêutica e I Simpósio Latino-Americano de Práticas Antimanicomiais em Saúde Mental.

Promovidos pelo Centro de Psicoterapia Existencial, os eventos apresentarão um temário amplo, estando prevista a participação de pesquisadores de diversas áreas. Dentre os temas que serão discutidos, destacam-se: Psicoterapia Existencial Hoje, Psicoterapia Existencial e Psicoterapia Humanista, História da Instituição Manicomial no Brasil, Da produção da Loucura à Ação Libertária da Prática

Antimanicomial, Análise dos Sonhos na Abordagem Existencial, entre outros.

Segundo Valdemar Augusto Angerami (Camon), da Comissão Científica dos eventos, serão realizados quatro cursos pré-congresso: Análise Existencial de Biswanger, Introdução à Psicoterapia Existencial, Elementos Institucionais Básicos do Hospital-Dia em Saúde Mental e Análise Maiêutica-Existencial. Haverá espaço, também, para temas livres.

### Inscrições

A secretaria executiva dos eventos fica na Rua Estados Unidos, 2032, em São Paulo, Cep 01427-002, onde podem ser feitas as inscrições. As reservas deverão ser feitas via fone: 280-8199 ou fax 280-8007.

## Psicólogos são incluídos no quadro de saúde do município

"A inscrição no órgão fiscalizador competente habilita o profissional a exercer a profissão de psicólogo em qualquer área. O único registro existente é o de psicólogo, não existindo qualquer outra modalidade, nem tampouco registro por especialidade ou área". Este parecer do Departamento Jurídico do Conselho colocou fim à polêmica gerada por Projeto de Lei referente ao Plano de Carreira da Prefeitura de São Paulo para os profissionais da área de saúde.

O Projeto de Lei do Executivo Municipal, a ser enviado à Câmara de Vereadores, excluiu do quadro de profissionais da saúde centenas de psicólogos. Entendendo que os psicólogos que trabalham na Saúde são indubitavelmente profissionais de saúde, o CRP-06 negociou

com a Secretaria Municipal a mudança do teor do projeto, assegurando, entre outros pontos, adicional de salário a profissionais que atuam na Prefeitura.

Trocas de ofícios, reuniões e parecer jurídico esclareceram pontos nebulosos, que poderiam abrir precedentes na regulamentação da profissão, que é clara e remonta a 1962, além de representar prejuízos à categoria.

A mobilização dos profissionais da Prefeitura e a intervenção do Conselho impediram equívocos nesse processo específico de regulamentação que se inicia. Para evitar que deslizos sejam cometidos nos trâmites que virão, e ampliar o debate, deverá ser criado um fórum permanente com os profissionais do setor.

## Psicólogos debatem atuação na área de psicotécnicos

O objetivo é mobilizar psicólogos de trânsito para a melhoria das condições de trabalho

Os psicólogos que militam na área de trânsito estão se mobilizando para encontrar soluções para os principais problemas do setor. Com o apoio da Comissão de Orientação e Fiscalização, os psicólogos peritos-examinadores - conhecidos no dia-a-dia como psicólogos em psicotécnico - estarão se reunindo na sede do CRP toda a primeira quinta-feira do mês, às 18h30, a partir de agosto.

Os psicólogos da área se propõem reunir todos os segmentos envolvidos na questão do trânsito, para buscar um consenso sobre várias preocupações do setor. Em três encontros preparatórios, ocorridos no CRP, reuniram-se pela primeira vez psicólogos credenciados, representantes de institutos e da Associação de Psicólogos de Trânsito.

Dois grupos de trabalho estão se formando para aglutinar os esforços e a criação de um espaço permanente de discussão de aspectos éticos, jurídicos, profissionais e científicos. De um lado, pretende-se o aprofundamento do embasamento científico, com a participação de pesquisadores e especialistas. Outro grupo se dedicará a uma análise construtiva do funcionamento do setor, debatendo as condições de trabalho, as expectativas da sociedade em relação à Psicologia do Trânsito e o relacionamento com os órgãos públicos que fiscalizam e regulamentam o setor.

Para a psicóloga Leyla Venegas Falsetti, da Comissão de Orientação e Fiscalização, "o comparecimento dos profissionais que atuam na área é fundamental para se obter propostas de melhoria das condições de trabalho e a articulação em torno de questões de grande interesse para a sociedade. Os psicólogos podem contribuir, de forma eficaz, para a redução dos problemas de trânsito". A participação nas reuniões é aberta.



Quando a gestão Psicologia e Cidadania assumiu, o quadro administrativo era inchado e consumia boa parte do orçamento-programa. Uma das primeiras decisões foi enxugar a folha; houve uma redução de 21%. Recentemente, o CRP contratou, por meio de licitação, uma empresa de consultoria que fará a segunda parte da reforma administrativa, com a tarefa de reorganizar internamente fluxos e serviços administrativos, re- vendo a estrutura de cargos e salários.

"A contratação de uma assessoria externa foi decidida pela assembléia da categoria, realizada no final do ano passado, em razão da necessidade, imperiosa, de adequar a máquina administrativa às demandas da categoria e às diretrizes da atual gestão", assegura a conselheira-presidenta do CRP, Vera Regina Rodrigues. No seu entender, a categoria estava submissa ao poder dos funcionários. A mudança foi feita para que eles estejam a serviço dos psicólogos.

No lugar de uma gerência executiva (quem ocupava o cargo tinha um salário aberrante em relação ao mercado e excessiva concentração de poder) a administração do Conselho foi descentralizada em três áreas: Departamento Jurídico, Departamento de Orientação e Comunicação e o Departamento Administrativo-Financeiro.

Outra mudança importante foi a maneira de tratar os psicólogos em débito com o Conselho. Em setembro, por ocasião da posse, havia 2400 processos tramitando contra aqueles que, por várias razões, deixaram de pagar as anuidades do Conselho (hoje, 40% dos psicólogos estão desempregados).

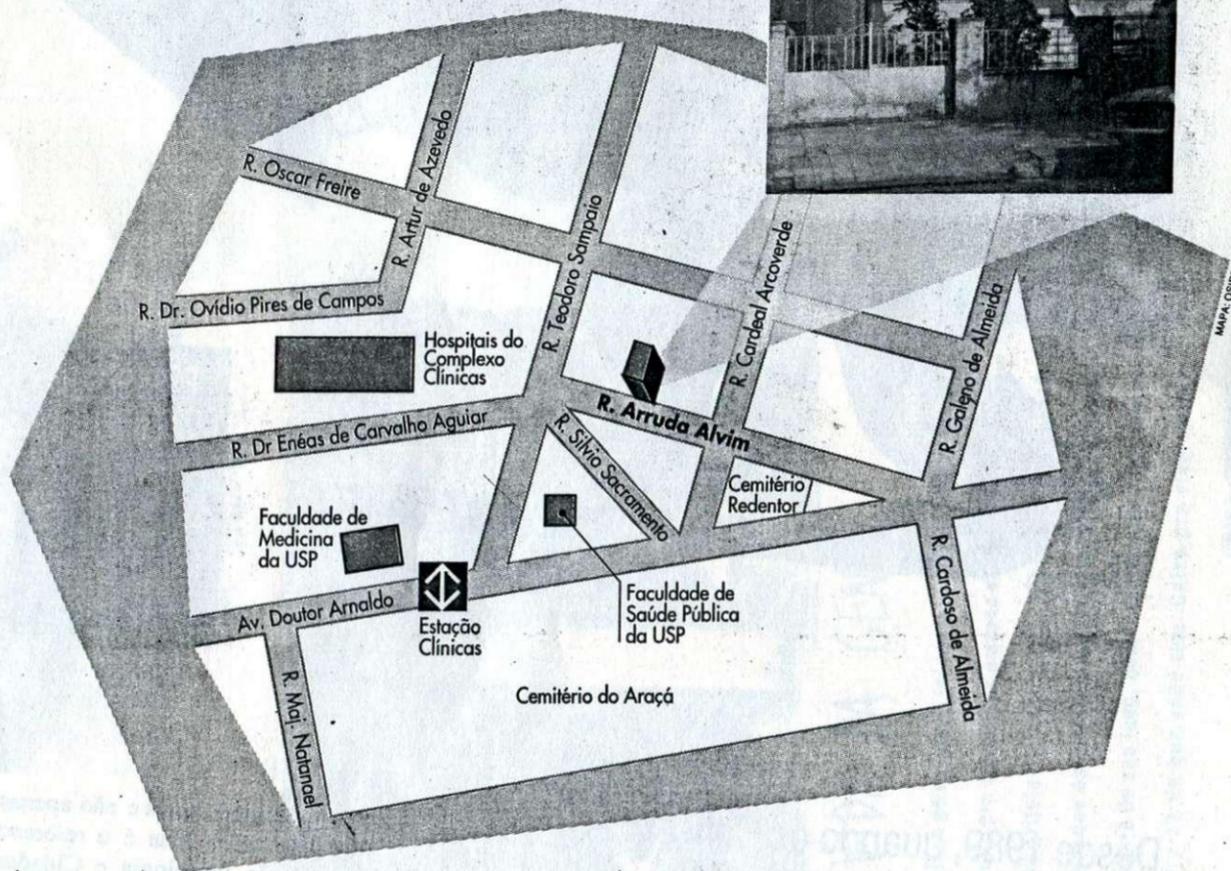
A primeira medida foi a de interromper o fluxo de entrada de novas ações na Justiça por motivos de inadimplência. As Ações de Execução Fiscal chegam a ser vexatórias, pois podem resultar na penhora de bens dos devedores e até no impedimento do exercício profissional. Quanto aos processos em andamento, decidiu-se pela suspensão, até que, através de acordos amigáveis, possam ser retirados gradativamente da Justiça. De outubro de 1992 a maio deste ano, 400 processos já foram solucionados amigavelmente. Deixou-se de tratar profissionais em débito como inimigos e houve ganhos, inclusive, no processo de arrecadação.

A reforma administrativa é acompanhada pela Comissão de Diretoria, que zela pelo cumprimento do orçamento-programa. A Comissão coordena ainda a participação do CRP em eventos relacionados ao exercício da cidadania como, por exemplo, as discussões promovidas recentemente pela Comissão de Direitos Humanos da OAB, sobre Saúde Mental e Aids nos presídios.

# Uma gestão voltada para os interesses da categoria

BALANÇO ADMINISTRATIVO

Este casarão está sendo reformado para abrigar a nova sede do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região.



## O novo espaço dos psicólogos

A casa, com cerca de 1000 metros quadrados, construído nas proximidades do quadrilátero da Saúde, ali perto da Avenida Dr. Arnaldo, onde se localizam os hospitais do complexo Clínicas, as faculdades de Medicina e Saúde Pública da USP. Condução por perto é o que não falta: Metrô está a 350 metros e inúmeras linhas regulares de ônibus passam com destino ao centro e diversos bairros da cidade. Endereço: Rua Arruda Alvim, 89. Uma rua com extensão de dois quarteirões, travessa das ruas Teodoro Sampaio e Cardeal Arcoverde.

Foram seis meses de procura para encontrar o casarão, que conta com mais de 20 dependências distribuídas por quatro pavimentos, além de varanda, terraço, entrada lateral para carros, quintal e edícula. A demora se explica: era preciso achar um espaço mais ágil do que o atual na sede da Rua Borges Lagoa e que refletisse uma entidade que pretende estar sempre aberta à categoria. Um lugar mais aconchegante, com auditório e muitas salas para os psicólogos sentirem-se à vontade, discutir, tro-

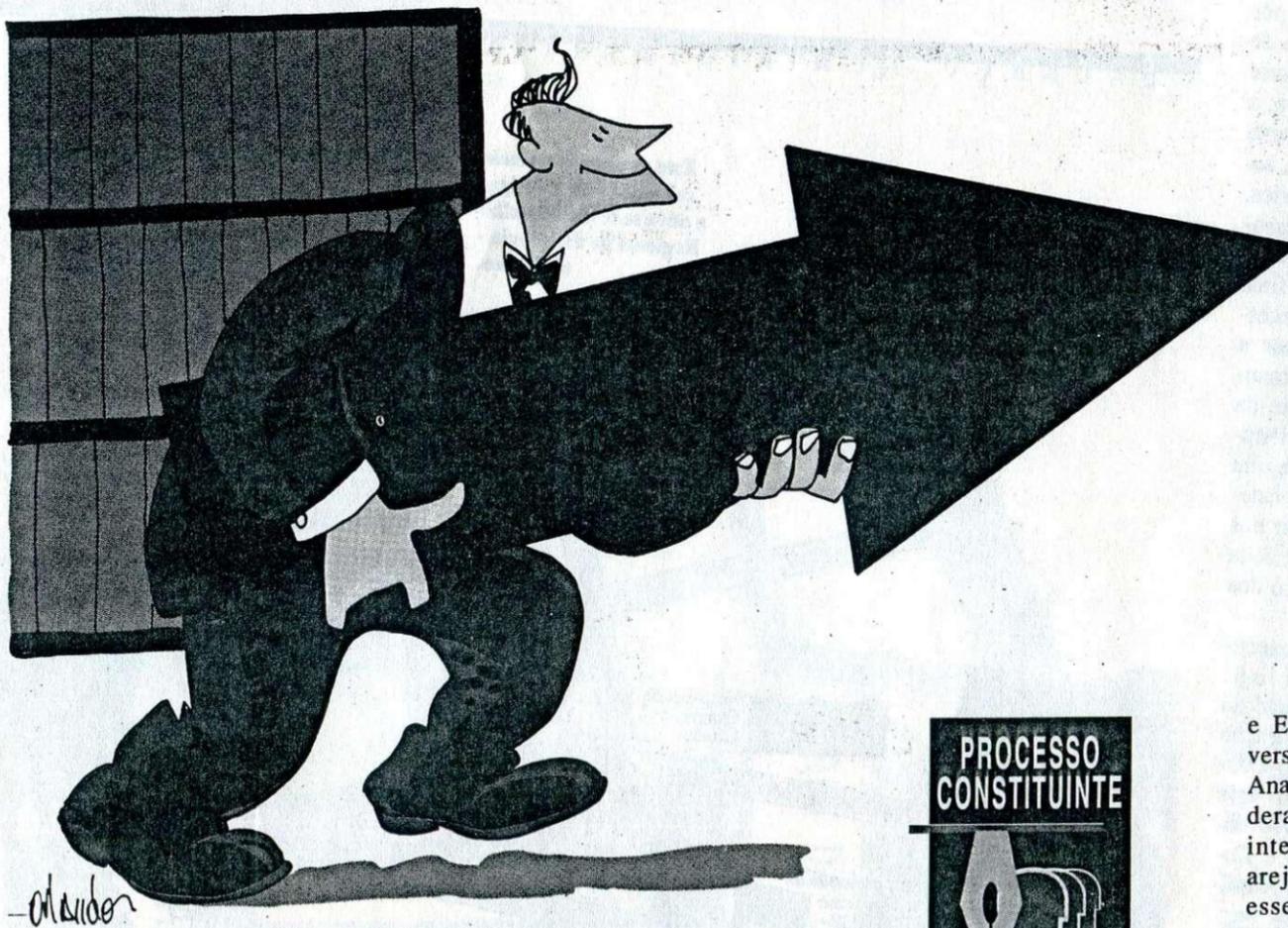
car idéias, estudar, fazer política, traçar projetos, festejar etc.

Tudo pronto para a mudança? Ainda não. Qualquer imóvel que fosse abrigar a nova sede do Conselho precisaria passar antes por reforma para atender às necessidades próprias da entidade. A saída então foi a escolha de uma casa que já pedia por uma restauração. Se estivesse em ótimas condições, o preço também seria o dobro ou o triplo do que se gastou.

O processo de compra do imóvel, após autorização da assembléia da categoria, atendeu a todos os trâmites de transparência administrativa, com base num laudo de avaliação de empresa de consultores especializada no mercado. O dinheiro, procedente de superávit existente no caixa do Conselho, foi suficiente para o fechamento de um bom negócio imobiliário, finalizado no último dia 21 de junho, quando a escritura definitiva foi registrada em nome do CRP.

Agora é só esperar pela reforma. Quando a casa estiver pronta, com certeza, deverá expressar melhor a identidade da categoria.

# Rumos redefinidos



Desde 1989, quando os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia se propuseram a reconstruir a autarquia, adequando-a aos tempos democráticos, pouco se viabilizou daquela carta de intenções. A atual gestão do CRP-06 propôs a redefinição de metas, do calendário e até do Regimento, tirando o assunto da letargia e trazendo os psicólogos para o debate.

**A**tingir metas e não apenas cumprir datas. Este é o referencial da gestão Psicologia e Cidadania ao Processo Constituinte na 6ª Região. Com este redirecionamento, o calendário rígido e burocrático foi substituído por um plano político real e necessário.

A primeira etapa do processo está deflagrada. Partindo de práticas concretas, por setor, a categoria arrega as mangas e amplia o debate. O saldo desta orientação fica principalmente com a sociedade, que ganhará os dividendos de uma autarquia aberta e de uma categoria que se sincroniza com as reais necessidades da população.

“Defender este redirecionamento, em nível nacional, é um imperativo da inclusão dos psicólogos nesse debate”, afirma a conselheira-presidenta do CRP-06, Vera Regina Rodrigues. E complementa: “Antes, era um processo apenas de conselheiros”.

Levar a discussão à categoria é “supersaudável, não só para o Conselho, mas para a organização dos psicólogos”. A observação é da professora de Psicologia Social

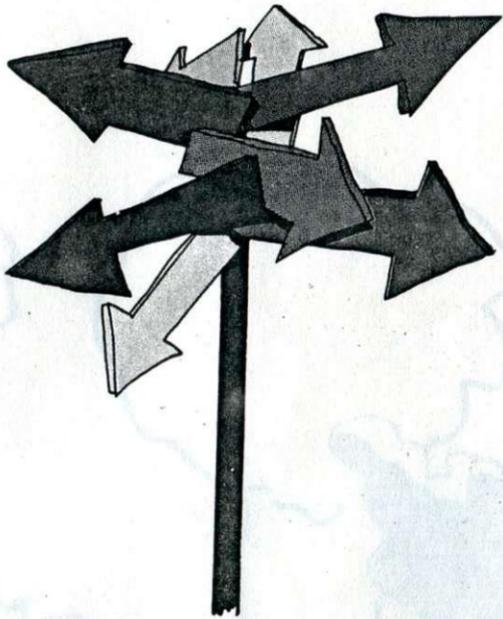
e Educacional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Ana Mercês Bahia Bock. Ela pondera que “o Processo Constituinte é superimportante porque areja. Todas as entidades, sem esse novo oxigênio, tendem a uma cristalização, a se fechar e se tornar conservadoras”.

Ana Bahia, que já integrou a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenaps), reflete ainda: “Os Conselhos têm de ser capazes de jogar essa discussão para a categoria”. Mas adverte que “quantidade não levará, necessariamente, à qualidade”. A professora questiona a lentidão do Processo, que “deveria ter sido aberto desde o início”, apesar de reconhecer que o CRP-06 “deve ter encontrado dificuldades”.

O deputado estadual Pedro Dallari (PT) “saúda” o Processo Constituinte da Psicologia, considerando-o “muito válido e corajoso”. Mas sugere que o debate ultrapasse as fronteiras da categoria, desprendendo-se também da camisa-de-força da entidade representativa: “Os psicólogos devem ter a sociedade como um todo em perspectiva”.

Dallari ilustra a sugestão: “Na minha categoria há uma máxima que diz que o direito é tão importante que não pode ser tratado apenas pelos advogados. O mesmo podemos dizer em relação à Psicologia: a saúde mental, por exemplo, é tão importante que o debate sobre o assunto não deve se restringir aos psicólogos”.

Ainda contribuindo com o debate, Dallari sugere que a perspectiva sobre a reconstrução institucional/legal da profissão deve ser a da reformulação a partir de uma lógica emanada do direito do consumidor.



De acordo com o deputado, a Psicologia deve estabelecer parâmetros legais para o exercício da profissão. Como segundo objetivo, garantir o respeito da sociedade em relação aos profissionais da área. "A normatização para uma categoria, ou seja, o estabelecimento de direitos e obrigações, serve de parâmetro de relacionamento para os que estão de fora (a sociedade) e também para exigir comportamentos dentro da ética intrínseca ao exercício da profissão".

Pedro Dallari recomenda que sejam feitos debates e mesas-redondas. Seriam preparativos do processo, com ênfase à participação da sociedade, principalmente daqueles que têm convivência profissional com a Psicologia. Como exemplo, cita trabalhadores da administração pública com vínculos estreitos ao trabalho desenvolvido por profissionais da Psicologia. E também pessoas de instituições privadas e entidades afins, que orbitam no campo dos profissionais da Psicologia, como médicos e outros.

Vera Regina Rodrigues relembra que a abertura é a principal tese defendida pelo CRP-06, até mesmo junto ao Conselho Federal de Psicologia. Ela avalia que o Processo Constituinte "deve buscar a reflexão sobre a prática, a formação, o exercício profissional nas diversas áreas de atuação". Deve ainda estimular o debate sobre a organização da categoria, através das entidades — incluindo a discussão sobre a natureza delas — e sobre a ética subjacente a todas as temáticas".

Na versão da psicóloga Vera Regina, não se pode discutir alguns

temas como uma questão genérica de ética, puramente. Esses temas devem ser inseridos no processo de revisão da legislação, que regulamenta a profissão, e até o caráter das entidades, como os Conselhos.

### Encontros Setoriais

Os Encontros Setoriais são a pedra de toque do Processo Constituinte, desde que novos rumos foram dados ao debate. São os fóruns para apresentação de teses e propostas referentes ao exercício profissional nas diversas áreas, com todas as variantes. O regulamento para apresentação dos trabalhos será divulgado nas próximas edições deste jornal. E também o calendário dos próximos Encontros, que ocorrerão em São Paulo e nas subdeses. Por enquanto, estão previstos Encontros para debater a formação e o exercício profissional, nas diversas áreas específicas, como psicoterapia, saúde, educação, infância e adolescência.

Para repensar a área da saúde mental, está sendo organizado um ciclo de debates enfocando a atuação do psicólogo. Está sendo organizado também um grupo de trabalho de psicólogos de hospitais gerais e outro dos profissionais que trabalham com questões de infância e adolescência. Há ainda um grupo de trabalho agregando psicólogos da área Judiciária e outro dos psicotécnicos.

As subdivisões e criação de novos grupos são indicativos de que a primeira etapa da reformulação dos parâmetros profissionais está em marcha, no rumo da democratização e da inclusão da categoria como sujeito do Processo Constituinte.

## Reformulações

O Processo Constituinte é parte da história da organização da categoria dos psicólogos. Deve ter como referência a luta pela consolidação de uma sociedade democrática, visando a garantia de todos os direitos de cidadania. A partir desta avaliação, e entendendo que tem faltado ao Processo uma clara diretriz política, a Comissão Nacional Constituinte decidiu, por unanimidade, propor ao Conselho Deliberativo, em abril, reformulações do caráter dos congressos regionais e nacional. E também no calendário, para adequá-lo às necessidades organizativas de todas as regiões.

Propôs ainda, entre outros eventos, encontros setoriais (psicólogos da saúde, da educação etc.), que seriam organizados nesse ano, com a finalidade de preparar a segunda etapa. Nesses encontros serão elaboradas as teses a serem debatidas e aprovadas na etapa seguinte, quando da realização do Congresso Regional, previsto para março de 1994. A comissão organizadora do Congresso já confirmou a realização do Congresso Nacional em 26, 27 e 28 de agosto de 1994, em São Paulo.

Num debate confuso, sob forte apelo corporativista, foi aberto, em 1989, o Processo Constituinte. Mas pouco se encaminhou até setembro de 1992, quando novas gestões assumiram os Conselhos Regionais, com os olhos voltados para a categoria. Até ali o Processo seguia por uma rota que o atual vice-presidente do CRP-06, o psicólogo José Roberto Tozoni Reis, denomina de "caminhos dos Conselhos, não voltados para a categoria". Sob essa "ótica do Conselho", as Plenárias de 1991 deliberaram a criação de Comissões Nacionais, o estabelecimento de calendário e de um Regimento. Mas, ainda segundo Tozoni, ocorreu um "pequeno deslize": o debate não havia chegado nos principais interessados — os psicólogos.

Propostas de mudanças pouco consideradas, no início, redefiniram os rumos do processo. Principalmente após uma pesquisa junto à categoria, que indicou a desinformação e a distância em relação ao debate. (ver edição de março/abril desse jornal). A reorientação visou maior participação e o fim do abstracionismo que circunda o Processo. O CRP-06 tem promovido mobilizações e eventos, como os Encontros Setoriais, para superar falhas decorrentes dos desencontros iniciais.

Pode-se contabilizar como outro saldo positivo a discussão sobre critérios de representatividade. Quanto à eleição de delegados de base do Congresso Nacional, o CRP-06 tem defendido proporcionalidade mais acentuada, apesar das barreiras à proposta, oriundas de outros Conselhos.

O Regimento anterior propunha a escolha de seis delegados de base para representar até 5 mil psicólogos em atividade. Os Conselhos com mais de 30 mil psicólogos ativos, como é o caso do CRP-06, poderiam eleger apenas 18 delegados de base. O Conselho da 6ª Região tem defendido a proposta de representação proporcional (1 delegado para cada 1000 psicólogos). E ainda a eleição de 6 delegados para todos os conselhos. Apesar de não contemplar plena proporcionalidade, a proposta do CRP-06 corre o risco de ser vetada na Comissão Nacional.

# Psicologia e educação: revendo uma antiga questão



"No Brasil, a inserção dos profissionais da Psicologia na área da Educação foi fortemente influenciada por essas práticas e teorias, importadas dos 'centros mais avançados', impregnados pelas idéias do chamado 'modelo médico' "

Sérgio Antonio da Silva Leite\*

\*Texto do Departamento de Psicologia Educacional - FE - UNICAMP, baseado no trabalho apresentado no I Congresso de Psicologia Escolar.

É inegável que a Educação tem sido área de atuação para uma parcela considerável dos psicólogos brasileiros. Dados de pesquisa recente patrocinada pelo CFP (1992) demonstram que, para os psicólogos assalariados (52% da categoria), a Educação situa-se como a terceira área de atuação (24,4%), precedida pela Clínica (37,2%) e Organização (29,6%). Poder-se-ia supor, portanto, que em nosso meio, a Educação já se firmou como uma área de atuação profissional bem-estabelecida pelos psicólogos.

No entanto, pesquisa anterior, também patrocinada pelo CFP (Quem é o psicólogo brasileiro? S.Paulo; EDICON, 1988), demonstrou que: a) pelo menos 50% dos psicólogos que aí se iniciam acabam desistindo da área, encaminhando-se principalmente para a Clínica (56,7%); b) 38% dos psicólogos que atuam na Educação mantêm também atividades em outras áreas, fazendo a

chamada "dobradinha"; c) das 10 principais atividades desenvolvidas pelos psicólogos nas instituições educacionais, as sete primeiras podem ser consideradas típicas da área Clínica (segundo a referida pesquisa): Orientação Psicopedagógica, Orientação de Pais, Distúrbios de Aprendizagem, Aconselhamento Psicológico, Aplicação de teste, Psicodiagnóstico e Reeducação Motora. Apenas três foram consideradas específicas da área educacional: Acompanhamento de pessoal, Planejamento de Projetos e Avaliação Curricular.

Assim, não se pode afirmar que a Educação seja uma área de atuação bem-estabelecida, com propostas e procedimentos comuns. Ao contrário, tem sido uma área frequentemente utilizada como "trampolim" para outras, onde grande parte dos profissionais atua à luz das práticas de consultórios. Tudo indica que este quadro não se alterou nos últimos anos.



## Um pouco de História para compreender esta realidade

O laboratório de Psicometria de Galton, no final do século passado, tem sido apontado como o marco inicial da chamada Psicologia Escolar. Ali eram estudadas questões relacionadas com as chamadas diferenças individuais e o desenvolvimento da inteligência e da personalidade. Os conhecidos testes psicológicos surgiram na época como instrumentos necessários para a mensuração e análise daqueles objetos de estudo. Logo em seguida, no início do séc. XX, Binet e Simon desenvolveram seu famoso teste, visando detectar na população escolar crianças que deveriam receber tratamento diferenciado, por solicitação do governo francês.

Foi assim, portanto, que a Psicologia Escolar nasceu de mãos dadas com a Psicometria, desenvolvendo a partir daí um conjunto de atividades onde se destacam a avaliação da prontidão, organização de classes e diagnósticos e encaminhamento de crianças com "distúrbios de aprendizagem".

No Brasil, a inserção dos profissionais da Psicologia na área da Educação foi fortemente influenciada por essas práticas e teorias, importadas dos "centros mais avançados", impregnados pelas idéias do chamado "modelo médico", em que os problemas comportamentais (inclusive os chamados problemas de Aprendizagem) eram interpretados como sintomas, determinados por fatores subjacentes ao indivíduo. Neste modelo, em que o conceito de patologia é central, o papel do ambiente, embora considerado, é interpretado como secundário.

Durante mais de meio século, tais características marcaram a Psicologia enquanto profissão, em todas as áreas de atuação, inclusive a chamada Psicologia Escolar.

Pode-se supor que uma das razões para esse domínio foi que tal modelo adaptou-se perfeitamente às concepções liberais, subjacentes ao modelo capitalista, desenvolvido nos países ocidentais, em especial nos

de terceiro mundo. Assim, uma concepção teórica como o modelo médico, que situa prioritariamente no indivíduo os principais determinantes dos "problemas psicológicos", encontrou ampla aceitação numa sociedade que tem no individualismo um de seus principais suportes ideológicos (o sucesso ou o fracasso dependem basicamente do indivíduo).

No caso da Psicologia, um agravante foi que os cursos de formação, que se instalaram a partir da década de 60, passaram a reproduzir tais concepções, possibilitando o estabelecimento de um círculo vicioso, entre o modelo de formação e a imagem social da profissão que se vai formando: o psicólogo como um profissional atuando basicamente em consultórios, com a função de "curar" os indivíduos com problemas psicológicos.

Obviamente, a ideologia liberal já foi amplamente criticada nas suas concepções de Homem e de Mundo, por diferentes áreas de conhecimento, demonstrando que, por exemplo, numa sociedade como a nossa, o processo de ascensão social é muito mais determinado pela origem social do indivíduo do que por fatores intrínsecos, como esforço e motivação individuais. Da mesma forma, a própria ciência psicológica desmistificou grande parte das crenças do modelo médico, ao demonstrar que o ambiente (condições concretas de vida) tem um papel muito mais importante do que se imaginava na gênese e desenvolvimento dos chamados problemas psicológicos.

No caso de Psicologia Escolar, a crítica tem sido semelhante: não é possível centrar basicamente no aluno as causas das dificuldades de Aprendizagem. Atualmente, um grande número de estudos tem demonstrado que a maioria desses problemas não são causados por fatores intrínsecos aos alunos, mas por problemas de planejamento e organização da própria escola, tais como objetivos e conteúdo mal selecionados, práticas inadequadas, processos de discriminação internos como o sistema de avaliação tradicional, currículos não funcionais e mal-organizados, profissionais despreparados, excessiva burocratização etc...etc...

Assim, não é mais possível desenvolver uma Psicologia nas instituições educacionais, de acordo com os modelos tradicionais, tanto teóricos quanto práticos.

## A questão central: Psicólogo ou Psicologia Escolar?

Para que se avance na discussão em pauta, algumas questões preliminares devem ser esclarecidas.

Em primeiro lugar, é necessário consenso em relação ao fato de que o psicólogo é um profissional da Saúde, entendida aqui na sua concepção mais ampla: como o conjunto de condições que garantem o bem-estar físico, social, emocional etc... de todos os indivíduos. Nesta perspectiva, o psicólogo é um dos profissionais cuja ação visa ao bem-estar dos cidadãos e sua atuação deve ser planejada em termos interdisciplinares. Assim, o exercício profissional do psicólogo poderá ocorrer especificamente nas situações que lidam diretamente com a saúde física e mental (hospitais, ambulatórios e clínicas) e também nas várias situações de vida em que o bem-estar dos indivíduos esteja envolvido. Desta forma, abre-se a possibilidade de atuação do psicólogo na empresa, no trânsito, no presídio etc... e na Educação.

Em segundo lugar, é necessário resgatar a idéia de que a função prioritária da escola é o seu papel de transmissão do conhecimento necessário para o exercício da cidadania, de forma crítica e consciente, a toda a população. Concorda-se com Dermeval Saviani (Pedagogia histórico-crítica-primeiras aproximações. S. Paulo; Cortez, 1991) quando afirma que "a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado" (pág. 22) e que "é a exigência de apropriação do conhecimento sistematizado, por parte das novas gerações, que torna necessária a existência da escola" (pág. 23). Obviamente, existe aqui uma questão a ser resolvida, relacionada com os critérios de seleção desses conhecimentos a serem transmitidos numa escola democrática; porém, tal discussão foge ao objetivo do presente trabalho.

O importante a ser assinalado é que, para que a Escola possa desempenhar esse papel de forma eficiente, é necessária a colaboração de diversas áreas de conhecimento, incluindo a Psicologia. Assim, delineia-se uma grande perspectiva de atuação para o psicólogo na Educação: possi-

bilitar aos educadores, principalmente o professor, acesso aos conhecimentos psicológicos acumulados, necessários para a tarefa de transmissão do saber sistematizado.

Após tais colocações, julga-se que o mais adequado é referir-se a esse profissional como psicólogo que atua na Educação, expressão mais coerente do que psicólogo escolar. Com isto, reconhece-se que, embora a Educação não seja uma área específica de atuação do psicólogo, a Psicologia tem uma grande contribuição a oferecer aos educadores que lá atuam.

Resta saber se o nosso psicólogo brasileiro é ou será o profissional mais indicado para desempenhar tal função, pois isto implica a revisão crítica e radical dos modelos teórico-práticos, que tradicionalmente têm direcionado a sua ação na área educacional.

Uma consequência inevitável de tal revisão é que o conhecimento psicológico passará a ser direcionado, prioritariamente, para o processo de planejamento educacional, no sentido de melhorar a eficiência das instituições educacionais. Como exemplo, cita-se a importância do professor ter acesso aos fundamentos das modernas teorias de Aprendizagem e Desenvolvimento, para que possa atuar de forma mais adequada junto aos seus alunos. O mesmo ocorre em relação às questões emocionais, motivacionais etc, envolvidas no processo de Ensino e Aprendizagem. Vários outros aspectos de uma instituição educacional poderiam ser indicados, para os quais a Psicologia (ou o psicólogo?) tem contribuições relevantes a oferecer.

Portanto, são promissoras as perspectivas de atuação para o psicólogo na área educacional. Na realidade sempre foram. O grande problema é saber se este profissional, com a formação que tem, terá condições de romper com modelos tradicionais, que pouco contribuíram para a construção de um escola democrática. E se ele será capaz de assumir uma postura de educador (envolvido e comprometido com o processo educacional institucional), sem o que dificilmente conseguirá realizar um trabalho relevante na área, com o conseqüente reconhecimento de todos os envolvidos, principalmente da comunidade usuária do sistema educacional.

# Aqui, os psicólogos discutem novos rumos da profissão

COMISSÕES

## Comissões abrem espaço para todas as áreas de atuação

Dez comissões discutem temas prioritários para os psicólogos

As comissões do CRP têm colocado em discussão permanente os temas que influem diretamente no exercício profissional do psicólogo. Na avaliação da conselheira-presidenta do CRP, Vera Regina Rodrigues, a característica marcante da atuação das dez comissões é o inter-relacionamento entre os vários temas que compõem as práticas em psicologia.

Ao voltar a atenção para os assuntos eleitos como prioritários pela atual gestão, as comissões discutem novas orientações relacionadas com questões fundamentais, como saúde, formação e educação, exercício profissional e ética. Os temas que tocam de perto a categoria extrapolam as comissões, sendo compromisso da gestão Psicologia e Cidadania. Com as modificações introduzidas, estão em funcionamento as seguintes comissões: Comunicação, Saúde, Ética, Diretoria, Trabalho, Formação e Educação, Orientação e Fiscalização, Psicoterapias, Subsedes e Infância e Adolescência.

### Participação

A ampla participação confere a cada uma das comissões elevado grau de autonomia, independência e representatividade. As comissões garantem espaço para a organização da categoria em torno de temas que vão desde a análise da formação profissional e suas implicações no exercício profissional, passando pela ética, saúde, saúde mental, Psicologia hospitalar até as psicoterapias, sem excluir setores profissionais. "Da integração desses temas sairão propostas para o processo constituinte, que poderão alterar profundamente a regulamentação profissional, além de manter a categoria mobilizada na discussão de vários projetos", assinala.

## Psicoterapias discutem formação e Processo Constituinte

A Comissão de Psicoterapias pretende formar dois fóruns de debates, destinados à discussão da formação profissional na área de psicoterapias visando o Processo Constituinte. O debate privilegiará várias questões, como a qualidade dos serviços prestados, tendências até as práticas alternativas.

A dinâmica das práticas psicoterápicas não pode estar em descompasso com a discussão de questões de natureza ética e científica. A partir dessa constatação, a Comissão de Psicoterapias vem discutindo o exercício profissional sob diversos pontos de vista, a começar pela avaliação da qualidade de serviços prestados à população.

Segundo a psicóloga Cláudia Maria Sodrê Vieira, coordenadora da Comissão, essa avaliação é feita com base nas consultas que os profissionais dirigem ao CRP. "Muitas dessas consultas, envolvendo desde questões simples, como a remuneração do contrato terapêutico até a postura do profissional no relacionamento com o paciente, deixam claro as falhas na formação do psicólogo", explica Cláudia. A partir dessa análise, cabe à comissão vislumbrar soluções coletivas, trazendo os problemas mais comuns para o debate da categoria.

Para atingir esse objetivo, a Comissão de Psicoterapias pretende desenvolver dois grandes fóruns de discussão. O primeiro está relacionado com a formação do profissional. A intenção é abrir um canal de comunicação com as universidades, faculdades e instituições que formam psicoterapeutas para discutir os problemas de formação.

Esse projeto será desenvolvido em conjunto com as Comissões de Formação/Educação e Ética.

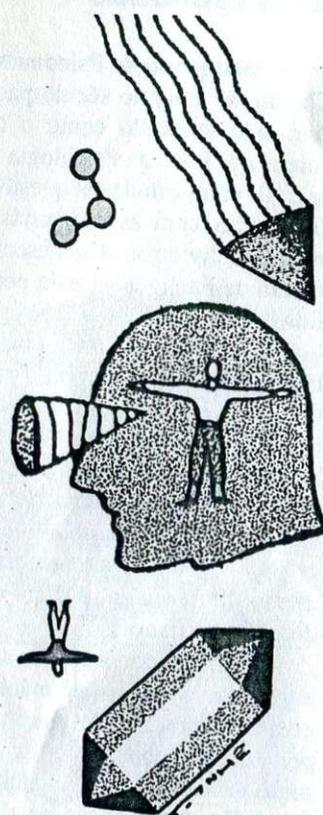
A discussão em torno da formação profissional ganha maior amplitude quando se pretende avaliar a qualidade dos serviços prestados, a adequação do profissional à realidade

de do mercado de trabalho e às necessidades sociais. Além disso, a universidade corta o vínculo com o profissional no dia em que ele se forma, não se detendo na análise das dificuldades que o psicólogo encontrará no exercício profissional. Com isso, raramente se notam mudanças significativas para adequar a formação universitária à realidade que o futuro profissional terá de enfrentar.

### Constituinte

O surgimento das chamadas terapias alternativas, a diversificação das diversas linhas de pensamento, as opções de especialização e aprimoramento profissional, o acesso restrito da população aos serviços psicológicos e a ética profissional compõem a pauta de discussões que a comissão quer aprofundar. Por isso, outro fórum importante, que será desenvolvido em conjunto com a Comissão de Orientação e Fiscalização, estará voltado para o debate das psicoterapias através de quatro temas básicos: Psicoterapia e Ética, Terapias Alternativas, Psicologia e Ciência e Psicologia e Realidade brasileira.

De acordo com a psicóloga Erane Paladino, também integrante da Comissão, o objetivo é convocar a categoria para discutir teses que oferecerão subsídios ao Processo Constituinte. A participação será aberta às várias correntes de pensamento, que poderão encaminhar suas propostas e suscitar o debate de questões relacionadas com a regulamentação profissional. "Para tanto, será preciso não apenas a organização, mas o despertar do espírito inovador e da consciência social da categoria", propõe.



## Terapias alternativas

A Comissão de Psicoterapias não encara a proliferação das chamadas "terapias alternativas" com preconceitos. Quando é solicitado a se pronunciar, o CRP prefere esclarecer que essas práticas ainda não são reconhecidas cientificamente, razão pela qual não podem ser utilizadas por psicólogos. Caso o profissional venha a ministrar tais práticas, poderá estar sujeito a um processo ético, por estar se valendo de meios que, muitas vezes, vendem a ilusão de tratamento sem dor e soluções rápidas.

Entretanto, a Comissão de Psicoterapias se dispõe a abrir espaço para a discussão do problema. Na opinião de Cláudia, os que defendem a aplicação das terapias alternativas devem lutar para que as universidades e centros científicos passem a pesquisá-las, seguindo o caminho de outras práticas, que hoje são aceitas e reconhecidas.

O estudo da evolução do exercício profissional dos psicólogos é inadiável. Para atender às necessidades da sociedade, o psicólogo terá de percorrer novos caminhos, que passarão pelo Processo Constituinte. Isso levará a categoria à reflexão sobre vários temas: Qual é a reação do psicólogo diante da constante evolução das linhas de pensamento que formam a base de sua profissão? Para tratar de questões dessa natureza, as Comissões temáticas do CRP procuram interligar os múltiplos aspectos que envolvem a Psicologia e o exercício da cidadania: saúde, educação, trabalho, luta antimanicomial, formação profissional, ética, direitos humanos e tendências. E se propõe a lutar pela garantia do direito à cidadania na infância e adolescência.

## Mudanças na estrutura abrem Conselho à participação nos movimentos sociais

Após o diagnóstico inicial, a Comissão de Trabalho propôs várias alterações na estrutura interna do CRP, que já estão sendo implementadas.

Nos primeiros meses de atuação, a Comissão de Trabalho se dedicou à avaliação da estrutura interna do CRP, analisando as principais características da entidade e suas relações com os profissionais inscritos. Dessa avaliação resultou um relatório contendo propostas de várias mudanças na organização interna do CRP e sugestões para a melhoria dos serviços prestados.

A comissão elaborou o documento "Reforma Administrativa", com base nos princípios da cartaprograma e nas decisões da Plenária. O documento abordou temas como extinção de cargos, reagrupamento de setores e Assessorias, descentralização do poder, melhoria dos serviços prestados e eliminação de entraves burocráticos. A Comissão levou em conta que o CRP não poderia mais permanecer fechado em si, preocupado em acumular resultados financeiros, enquanto a categoria permanecia sem mobilização.

A partir desse diagnóstico, a Comissão promoveu várias reuniões para expor a reforma a funcionários e chefias. Em seguida, iniciou o processo de seleção para a contratação do coordenador do departamento administrativo-financeiro, do assessor de diretoria, do advogado assistente e do coordenador do departamento de orientação e comunicação.

Paralelamente a essas atividades, a Comissão pesquisou junto aos Conselhos Regionais de Administração, Economia, Engenharia e Arquitetura, Medicina, Odontologia e Psico-

logia 05, dados comparativos como número de inscritos, ativos, número de funcionários, escritórios, sucursais e delegacias.

### Comissão de Comunicação articula ações do CRP

Todas as atividades das comissões, subseções e setores administrativos do CRP recebem da Comissão de Comunicação os encaminhamentos tirados das deliberações da plenária e informações que chegam à entidade. De acordo com Odair Sass, conselheiro-secretário do CRP, a Comissão avalia as solicitações que chegam ao CRP das mais variadas áreas, relacionadas com o apoio e a participação em eventos.

A comissão promoveu a reestruturação do Jornal do CRP, com a disposição de dar maior ênfase à participação da categoria nas questões sociais. O objetivo é manter um canal de informação eficiente entre o CRP e os psicólogos.

### Infância e Adolescência reúne psicólogos da área

Cada vez mais, os temas relativos à infância e adolescência exigem dis-

cussões amplas, que repercutam em todos os setores. Por isso, a Comissão de Infância e Adolescência é constituída de psicólogos que possuem experiência diversificada na área.

A mudança de nome da Comissão, de Menoridade para Infância e Adolescência, expressa um enfoque mais abrangente. A garantia do direito à cidadania na infância e adolescência adquire uma dimensão mais ampla do que a atuação exigida no âmbito do menor. Implica a integração de propostas multidisciplinares para a busca de soluções que levem à reflexão toda a sociedade.

A Comissão atua simultaneamente em três níveis. Em princípio, procura fazer um exame rigoroso das políticas adotadas pelo Estado, nas esferas municipal, estadual e federal, explica Odair Sass, um dos integrantes da Comissão. Pretende também promover discussões sobre infância e adolescência para inserir a categoria nas mais variadas abordagens, com vistas à integração do tema no Processo Constituinte. Completando o ciclo, a comissão vai sistematizar propostas dentro de um fórum multidisciplinar que contará, inclusive, com outras categorias interessadas na questão.

### Saúde

A Comissão de Saúde do CRP também está buscando uma integração maior com todos os setores da

sociedade, interessados em desenvolver alternativas viáveis para os graves problemas da área de saúde e, em especial, para a saúde mental. Ao lado de debates sobre as condições de trabalho, a Comissão leva à frente a luta pela superação do modelo manicomial vigente, promovendo e participando de vários eventos.

Assim, a Comissão liderou a participação dos psicólogos no "Dia Mundial da Luta Antimanicomial", no dia 18 de maio, quando ocorreu uma manifestação no Masp (foto ao lado), seguida de uma passeata pela Av. Paulista. As manifestações prosseguiram no dia 20 de maio, com uma concentração na Assembléia Legislativa em apoio ao Projeto de Lei 366/92, de autoria do deputado Roberto Gouveia e outros, que trata da promoção de saúde e da reintegração social das pessoas portadoras de sofrimento mental. O projeto prevê, também, a implantação de um modelo de saúde mental alternativo, com a substituição dos hospitais psiquiátricos e a sua extinção progressiva, além de regulamentar a internação involuntária, entre outros aspectos.

### Ciclo de Debates

A Comissão de Saúde está promovendo um ciclo de debates sobre a atuação do psicólogo que trabalha na área de saúde mental. O objetivo é estimular a reflexão entre os profissionais, a partir da especialidade da prática do psicólogo. Veja o calendário dos debates na página 4.

### Eventos

O CRP participa do movimento antimanicomial nos níveis municipal, estadual e nacional. A entidade integra os Movimentos Estadual e Nacional e coordena o Fórum Paulistano Permanente de Saúde Mental, criado em fevereiro deste ano, com a participação de psicólogos e profissionais do setor de saúde mental de várias áreas, como enfermeiros, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psiquiatras e médicos. Acompanhe, nas páginas 4 e 5, o calendário dos eventos programados por esses movimentos, que contarão com a participação do CRP, por meio da Comissão de Saúde.



FOTO: MARLENE BERGAMO

## Psicólogo deve repensar a ética profissional

O exercício profissional coloca o psicólogo diante de problemas que o levam a refletir, com frequência, sobre o conjunto de normas e valores que balizam suas atividades. A conduta profissional é capaz de revelar questões de extrema importância, que precisam ser debatidas por toda a categoria. Por isso, o CRP-06, nesta gestão, introduziu mudanças significativas no trato das questões éticas: substituiu os processos voltados exclusivamente à apuração da culpa individual por uma orientação pluralista. A Comissão de Ética quer mobilizar a categoria em torno de temas como a formação profissional e a reformulação do Código de Ética.

Não é mais possível encarar as questões éticas de forma isolada, sob o enfoque individual. Atualmente, o debate em torno da ética profissional está presente, praticamente, em todas as comissões do CRP.

Desde que assumiram, os integrantes da Comissão de Ética têm procurado colocar em prática as propostas que substituem a postura burocrática, de culpa e punição individual, por uma orientação abrangente, que contemple a melhoria da qualidade do exercício profissional.

Segundo a psicóloga Maria Silvia de Mesquita Bolguese, conselheira do CRP e integrante da Comissão, a questão ética de base que precisa ser tratada pela categoria é a formação do psicólogo. Para ela, a formação oferecida pelas faculdades é incompatível com a realidade brasileira. Hoje, a maior parte dos psicólogos recebe uma formação influenciada por modelos estrangeiros, voltada para o trabalho em clínicas particulares.

Diante disso, já na formação, o problema da ética se apresenta sob duas faces perversas, atingindo o estudante e a sociedade. A formação inadequada prejudica o estudante que frequenta, por cinco anos, um curso caro, para depois não encontrar meios de sobrevivência no mercado de trabalho. E traz prejuízos ainda maiores à sociedade, que necessita de serviços psicológicos que o recém-formado não consegue oferecer.

### Rever a formação

"Nesse quadro só lucram os donos de escolas", resume Maria Silvia. As instituições formadoras não avaliam a qualidade e a adequação dos serviços prestados pelos psicólogos que saem de suas escolas. E sequer pesquisam se, com aquela formação, ele encontrará colocação

no mercado. Já está comprovado que a demanda por serviços psicológicos, numa realidade como a brasileira, requer profissionais voltados para trabalhar em instituições, como ambulatórios, centros de saúde e órgãos governamentais.

Por isso, a Comissão de Ética terá uma atuação próxima às Comissões de Formação/Educação e de Orientação e Fiscalização. Participará da avaliação da formação profissional e acompanhará a implementação do Centro de Orientação.

### Novos conceitos

Tradicionalmente, a relação da Comissão com os profissionais se resumia à resposta de consultas a respeito de dúvidas individuais e à análise de denúncias, que poderiam resultar em processos para apurar transgressões éticas.

De imediato, verificou-se que, por mais experientes que fossem os conselheiros, não existiam respostas prontas para todas as questões. E com base no teor das consultas, constatou-se a necessidade imperiosa, mais uma vez, da revisão da formação e da reformulação do Código de Ética.

Nessa nova fase, a Comissão perde o caráter de "cartório" para assumir funções mais representativas, frisa a psicóloga Erane Paladino, integrante da Comissão. Sem abrir mão de sua atribuição legal de zelar pela ética no exercício profissional, a Comissão alterou os procedimentos que dão início a processos éticos, adotando critérios mais apurados no exame das denúncias que chegam ao CRP. "A intenção é evitar a abertura indiscriminada de processos, substituindo-os, sempre que possível, pela orientação e diálogo, que se revelam mais produtivos para a categoria", conclui Erane.

## A virada da Comissão de Orientação e Fiscalização

A criação e montagem de um Centro de Orientação dentro do CRP, organizando a categoria em torno de suas demandas, é a grande mudança nos rumos da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF).

A proposta da atual gestão para a COF é a de repensar todos os procedimentos, mudando as ações no conteúdo e consistência. A Comissão é uma instância oficial dentro da burocracia do Conselho e responde pela inscrição, cadastramento e fiscalização de pessoas jurídicas, prestadoras de serviços na área de Psicologia.

"Privilegiar a orientação e não ser uma Comissão policial da categoria — esta foi a posição que assumimos radicalmente" — informa a psicóloga Leyla Venegas Felsetti, integrante da COF. Para que houvesse a mudança era necessário acabar com o oficialismo da Comissão, extinguindo o quadro de fiscais e funcionários burocratas.

A função de fiscalização permanece porque é uma obrigação formal do CRP, mas sem a obrigação da manutenção de um quadro de fiscais profissionais. De agora em diante, dependendo da denúncia ou situação suscitada, psicólogos de confiança do CRP realizarão as visitas de averiguação. Eles serão os representantes do Conselho e terão poder de atuação através de portaria.

Assim, chegam ao fim os programas rotineiros de fiscalização. No lugar deles, apenas o atendimento às denúncias de irregularidades no exercício da profissão que chegam ao CRP. Mas a grande virada é o Centro de Orientação, que já existia de forma incipiente como atendimento qualificado para psicólogos e público em geral. Na plenária

de 29 de maio passado foi aprovada a proposta de sua criação e montagem. O Centro de Orientação terá a responsabilidade de codificar e tematizar aquilo que as solicitações trazem em seu bojo.

Os pedidos de orientações, questões a serem aprofundadas em debates com a categoria e, eventualmente, com a academia, órgãos governamentais e entidades, poderão provocar a organização de movimentos coletivos em torno de tema de interesse dos psicólogos e da sociedade.

A primeira etapa de implantação do Centro de Orientação, com prazo de 30 a 60 dias, cuidará da análise das solicitações que chegam ao CRP. Esse trabalho será coordenado, supervisionado por equipes de conselheiros e de integrantes das Comissões Gestoras que, a partir da análise crítica da demanda do atendimento, deverão definir:

- Procedimentos de registro das ocorrências e a padronização de planilha de dados.

- A discriminação das temáticas que suscitam as demandas de orientação.

- O "clima" do atendimento que permite a concretização do conceito de orientação exposto.

- O perfil do profissional que executará a política de orientação.

A segunda etapa cuidará da implantação definitiva do Centro, com a contratação de pessoal e acompanhamento supervisionado de suas atividades.

## Formação e Educação em debate nas faculdades

A Comissão de Educação e Formação, do Conselho, divulgará nas próximas semanas documento traçando um breve perfil da faculdades de Psicologia. Este estudo preliminar visa conquistar mais docentes e psicólogos para o debate sobre a melhoria no nível de ensino. Descreve ainda os níveis de relação entre os profissionais e o mercado. O documento recupera trabalhos elaborados pelo CRP, por diversos profissionais e teses sobre o assunto.

Os membros dessa Comissão querem formar um Grupo de Trabalho com docentes ou profissionais preocupados com a formação. Visam preparar encontros e seminários, a partir de setembro. Com

esses eventos, pretendem avaliar a formação, que acreditam estar muito aquém da necessidade. Querem ainda propor caminhos para superar a incompatibilidade entre o ensino e a sociedade. Isto porque, segundo o psicólogo Sérgio Ozella, da Comissão, "há um desencontro total entre os dois, causado pela inadequação da formação à realidade".

O trabalho inicial dessa Comissão foi marcado por contatos e diagnósticos, principalmente na rede privada. Sem imposições, o grupo está organizando a discussão para melhorar o nível das escolas. Os resultados desses esforços serão encaminhados à Constituinte pelo CRP, através de teses.

# Com nova estrutura, subsedes ganham agilidade

SUBSEDES

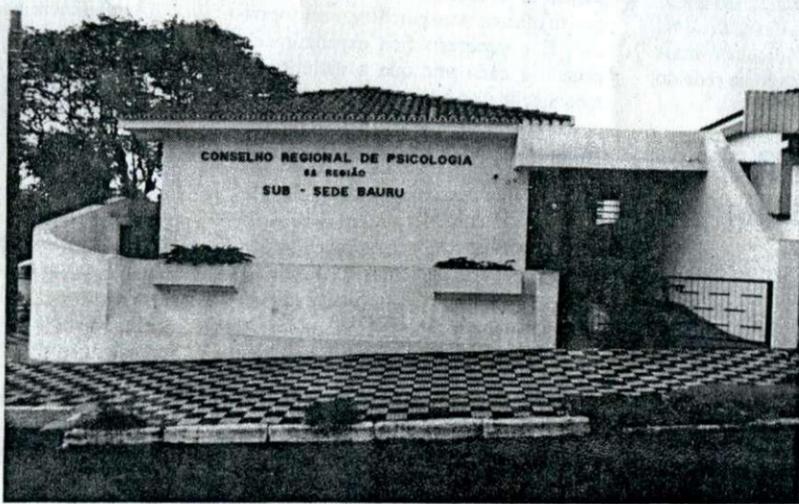
Profundas transformações marcam o processo de reestruturação das subsedes. A formação de Comissões Gestoras democratizou as relações com a categoria, abrindo maiores possibilidades de articulação com a sociedade civil. E, à medida que conquistam maior autonomia, as subsedes ganham mais agilidade em suas ações.



FOTOS: JOÃO ROSAN CALÉPSO

Os projetos prioritários da atual gestão foram discutidos durante o Encontro de Bauru

Subsede de Bauru de casa nova



A transformação das delegacias em subsedes marcou o início da efetiva democratização do CRP. É uma evolução que acompanha todo o processo de articulação dos psicólogos, iniciado com a substituição do nome "delegacia"—de conotação burocrática e policial—pela denominação subsedes.

Mais do que uma revisão da concepção gerencial, a intenção dessa mudança foi transformar esses espaços em locais de articulação e convivência da categoria, buscando ações mais efetivas junto à sociedade para a construção da cidadania. Até então, as antigas delegacias estavam restritas a atividades burocráticas de arrecadação e fiscalização.

Assim, até mesmo as instalações físicas das subsedes estão sendo repensadas, explica o psicólogo Celso Zonta, da Comissão de Subsedes. A sugestão é a mudança das subsedes de prédios para casas, a fim de torná-las mais visíveis para a categoria e comunidade, favorecendo a convivência e a mobilização dos psicólogos. Bauru, por exemplo, está de casa nova.

Conforme observa a psicóloga Cristina Amélia Luzio, integrante da Comissão de Subsedes, as mudanças prosseguiram com a extinção dos cargos de delegado e delegado adjunto, considerados de confiança, que eram nomeados para gerir as antigas delegacias. No lugar desses cargos, surgiram as Comissões Gestoras, com três a cinco psicólogos, escolhidos por critérios de representatividade junto à categoria, de forma democrática, mas comprometidos com os princípios políticos da gestão.

Cristina recorda com entusiasmo a formação das comissões. "Conselheiros e integrantes das Comissões temáticas visitaram cada uma das 11 subsedes, convocando a categoria para discutir a representatividade e deflagrar o processo de escolha dos componentes das Comissões Gestoras". O resultado foi uma intensa mobilização em torno das subsedes, impulsionando o processo de reformulação.

Formadas em maioria por cinco membros, as Comissões Gestoras conquistaram atribuições administrativas, jurídicas e financeiras. Desta forma, participam do processo de gerenciamento do CRP-06. Neste contexto que foi desencadeado, a partir do início deste ano, o processo de autonomia financeira, administrativa e política das subsedes. "Em reuniões preparatórias, ainda contando com comissões provisórias, foram sendo reestruturadas as subsedes, uma a uma", lembra Celso.

A etapa seguinte foi adequar a máquina administrativa à nova realidade. Na estrutura das antigas delegacias, os funcionários detinham o controle dos procedimentos, centralizando as ações administrativas.

Muitos projetos esbarravam em entraves burocráticos. Por isso, retirou-se dos encarregados esse poder excessivo sobre a administração. Transferiu-se à Comissão Gestora o controle gerencial. Os funcionários permanecem como executores das ações planejadas pelas comissões.

## Primeiro Encontro

Para consolidar as mudanças, surgiu o "Encontro", evento que reúne, periodicamente, subsedes, comissões temáticas e conselheiros do CRP. No Encontro são transmitidos os conhecimentos necessários para operar a máquina administrativa do CRP e as implicações decorrentes desta tarefa.

Reunidas em Bauru de 18 a 20 de junho, as Comissões Gestoras e as Comissões temáticas do CRP estabeleceram linhas de atuação para os próximos meses. Discutiu-se os aspectos políticos das ações das Comissões Gestoras e a integração dos projetos prioritários da atual gestão e das comissões temáticas. Cerca de 50 representantes das subsedes participaram dos debates.

Na abertura do Encontro, uma discussão reuniu a categoria em torno do tema "A formação profissional: Processo Constituinte em Debate". A escolha do tema decorreu do fato de Bauru possuir dois cursos de Psicologia, despertando o interesse de alunos e professores, que compareceram em bom número na sede da OAB.

## Autonomia

Segundo Celso Zonta, o interior responde hoje por cerca de 40% de toda a arrecadação do CRP-06. Descontados os valores das despesas com manutenção, o restante dos recursos deverá ser repassado ao interior.

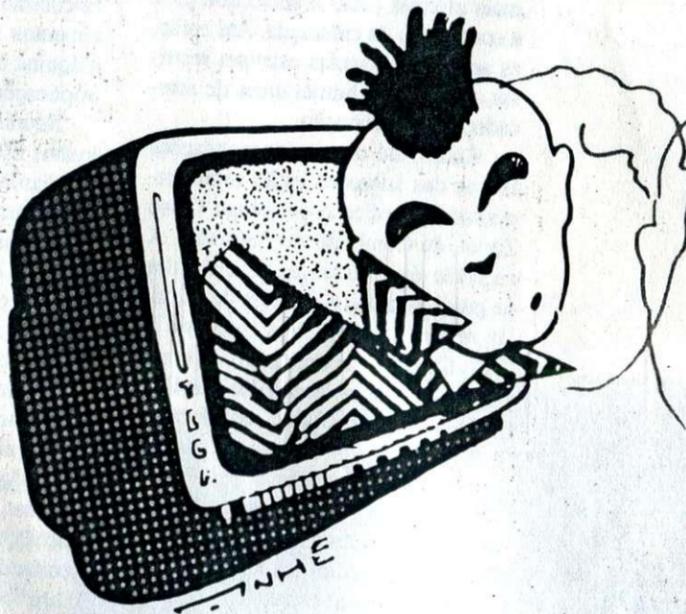
Com isso, os projetos prioritários das subsedes estarão voltados para as áreas de saúde, saúde mental, formação e exercício profissional, permeados pela ética e com as atenções voltadas ao Processo Constituinte, adianta Celso. Entre outros aspectos, a autonomia também consiste na garantia de um volume mínimo mensal de recursos para investir. Esses gastos estarão subordinados à aprovação prévia da sede em São Paulo.

## Taubaté

Entre os critérios definidos para a instalação de subsedes destacam-se: o potencial político da região para a organização da categoria, o número de profissionais inscritos e a existência de um curso de Psicologia na cidade. Com base nesses fatores, a subsede de Lorena foi transferida para Taubaté, que passou a ter um curso de Psicologia e conta hoje com maior número de psicólogos inscritos, além de ser geograficamente estratégica. Endereço da nova subsede em Taubaté: Rua Carneiro de Souza, 66 - conj. 91 - Centro.

# Mal-estar na profissão

O gótico, seu psicanalista e os psicólogos.



Leyla Venegas Falsetti -  
da Comissão de Orientação e  
Fiscalização

**N**a ficção da novela das oito, o personagem de um jovem gótico era literalmente carregado pela mãe ao psicanalista, com a expectativa de que ele voltasse a ser "normal", trocando seus emblemas — roupas negras, anéis, coleção de objetos que lembram a morte etc. — pelo terno e a gravata e, preferencialmente, que substituísse os cemitérios por um estável emprego burocrático.

O processo psicoterapêutico a que se submeteu, hilariante naquilo que traz de caricaturas em jogo cômico, levou para o final da trama a realização de uma fantasia bastante comum nas psicoterapias: enquanto o paciente se cura (o gótico, longe de se enquadrar no estereótipo desejado pela mãe, canaliza suas angústias em elogiável produção poética), o psicanalista "enlouquece", contaminado pela doença do paciente, tornando-se um gótico.

O telespectador se divertiu com as sessões do personagem gótico. Mas muitos psicólogos que assistiram a novela não acharam a menor graça.

De fato, o CRP-06 recebeu dezenas de manifestações, por carta e por telefone, de psicólogos que expressavam sua preocupação com aquilo que parecia ser a disseminação de desinformação sobre a atividade do psicólogo, esperando (até

exigindo) providências do Conselho contra a imagem veiculada. Alguns sentiram-se ofendidos pessoalmente pelas conseqüências da novela em seus círculos de relações pessoais e de trabalho, ao ouvirem toda a gama de gozações e insinuações.

O que pensar disso? Estaria faltando ao psicólogo o bom humor necessário para rir de si mesmo, sem se sentir ameaçado em sua integridade? O que fazer frente à demanda formulada? Se, de um lado, não parecia sensato brigar com a ficção e com o direito da novelista de inventar o que bem entendesse, de outro, havia que se considerar o mal-estar dos psicólogos que se sentiram atingidos e feridos em seu reconhecimento profissional.

A reflexão sobre essa situação indicou que um aprofundamento deveria reunir aqueles que se manifestaram e se mostraram dispostos a discutir mais amplamente o tema suscitado na sede do CRP-06.

## Reflexões sobre a imagem profissional

Numa reunião de psicólogos, a discussão rapidamente descolou-se do foco imediato da questão da novela em si, do gótico e de seu psicanalista. Realmente (e felizmente), não se tratava de reivindicar de autores de novela e das redes de televisão um tratamento mais realista ou mais respeitoso para os profissionais psicólogos. A preocupação dos psicólogos

quanto ao horário nobre da Globo situou-se na questão de como bem informar a população sobre as funções do profissional de Psicologia.

A realização de uma pesquisa junto à população para averiguar a imagem do psicólogo foi proposta. Uma das participantes da reunião, moradora em Santos, ofereceu-se para executá-la em articulação com a Comissão Gestora da Subseção do CRP-06 em Santos. A iniciativa dessa psicóloga teve desdobramentos produtivos junto aos psicólogos da área de Saúde, com a discussão sobre a imagem se deslocando para questões do exercício profissional do psicólogo na rede pública.

Em São Paulo, no CRP, o tema, gerado pelo mal-estar dos psicólogos, colocou à Comissão de Comunicação o desafio de serem criados mecanismos e estratégias consistentes de comunicação, divulgação e, principalmente, de articulação da categoria. Isso sem prescindir da necessária colaboração direta e assessoria de profissionais da área de comunicação em projetos que toquem diretamente a imagem do psicólogo.

## A identidade

Para avançar além da questão da imagem e das representações do psicólogo junto à população e, na mídia, há que se considerar o problema do reconhecimento e da identidade dos profissionais da Psicologia. Este parece ser o aspecto fundamental gerado pela celeuma em torno do gótico e seu psicanalista.

Chamou atenção o fato de a maioria dos psicólogos que se manifestaram ter um número de registro alto no Conselho. Ou seja, eram jovens na profissão, com pouco tempo de atuação. Mas certamente não é privilégio dos jovens o desconforto e a insegurança inerentes ao exercício de uma profissão como a Psicologia.

O tornar-se psicólogo é processo bastante complexo, resultante da composição de múltiplas identificações que ocorrem durante a formação. É a formação, ultrapassando a concepção burocrática ou legalista definida pela graduação em faculdades de Psicologia, é processo de tempo absolutamente indeterminado, definido por uma trajetória pessoal de escolhas e articulações possíveis entre o saber e a prática. O psicólogo então se envereda em cursos de extensão, de especialização, de pós-graduação, em seminários, grupos de estudos e nas imprescindíveis supervisões e psicoterapias pessoais.

O processo é custoso, desgastante, em especial quando se pensa a Psicologia como um campo epistemológico de dispersão de saberes. É só lembrar a variedade de teorias, modelos e técnicas que se oferecem ao psicólogo em formação. E o processo fica especialmente penoso a cada vez que a dialética do reconhecimento pelo outro é suscitada.

O autorizar-se para o exercício profissional é a resultante de processo identificador que passa necessariamente pelo reconhecimento de outrem — professores, supervisores, psicoterapeutas, pares profissionais, pacientes, usuários dos serviços psicológicos etc. Buscar nas representações que a mídia ou a população possam fazer do psicólogo, o espelho fácil em que ele se reconheça e se identifique, é deslocar o problema da construção da identidade profissional para uma faceta redutora e encobridora da questão. O buraco é bem mais embaixo.

A conquista da competência profissional se dá com alguma intuição e muita transpiração a partir do desejo e suas vicissitudes, no enfrentamento da prática cotidiana e na elaboração que se faz sobre o lugar e funções do psicólogo, numa inserção social responsável.

O psicólogo sofre por não percorrer facilmente os caminhos idealizados e por se confrontar o tempo todo com suas falhas e carências. Aliás, é a falta, a matéria-prima fundamental do exercício profissional do psicólogo. Falta de seu lado e do lado daqueles que o procuram. Paradoxalmente, é no âmbito da produção da falta que reside a potência do trabalho psicológico. É pela elaboração da falta que se renuncia às imagens enganadoras de si mesmo e se acede à própria identidade, às referências fundamentais do possível e dos limites de cada um.

## Um projeto da gestão

Qual o lugar e quais as funções do CRP em face das questões levantadas sobre a imagem e a identidade profissionais do psicólogo? O mal-estar na profissão merece ser considerado por tudo que traz de potencial de movimento e transformação.

Certamente não se trata, para o Conselho, de preencher lacunas (às vezes gravíssimas) da formação do psicólogo, em face da reconhecida precariedade das instituições formadoras. Nem se trata de propiciar concretamente a construção da identidade profissional de psicólogos, tarefa de responsabilidade de cada um. Tampouco de projetar imagens idealizadas da profissão para os psicólogos e para a população.

Trata-se sim de produzir, a partir de debates com a categoria, em parceria com as entidades formadoras e com os órgãos governamentais regulamentadores do ensino superior, uma intervenção tal que propicie um ensino de boa qualidade para que os psicólogos possam responder às exigências atuais da sociedade.

Trata-se menos de disciplinar, regulamentar ou fiscalizar o exercício profissional (a criação do Conselho na década de 70 traz a marca dessa concepção burocrática e autoritária. E mais, de tornar o CRP-06 um privilegiado foro permanente de interlocução e debates para a categoria, sobre seus problemas e dificuldades, sob o signo dos direitos e deveres inerentes à cidadania.

Trata-se, enfim, de criar entre outros projetos, um Centro de Orientação do Conselho, que seja lugar de acolhimento à demanda dos psicólogos, para que, através de um trabalho de elaboração e tematização do que ela traz em seu bojo, comprometer os psicólogos na discussão e encaminhamento coletivos dos seus problemas.

A referência ao Centro de Orientação será um oxigenador constante para que as gestões do CRP-06 não se cristalizem nas malhas da burocracia. Nesse sentido, pela via do trabalho político, as questões de imagem e da identidade profissionais do psicólogo se problematizarão e se processarão em perspectivas mais abrangentes e consistentes, mudando-se certamente, a partir daí, a cara e a natureza do inevitável, necessário e fecundo mal-estar na profissão...

Somos gratos ao gótico e seu psicanalista por terem nos mandado tão longe, para tão perto de nós mesmos. E aos psicólogos que se manifestaram e discutiram conosco pela co-responsabilidade nas reflexões produzidas.